

começa a renegociar dívida dia 5

Brasil

Brasília — No dia 5 de novembro, em Nova Iorque, o Governo brasileiro vai sentar-se à mesa de negociação com o Comitê Assessor da Dívida Externa do país para dar início, formalmente, à discussão dos débitos que vencem em 1985. Nesta etapa preliminar de renegociação, o Brasil deverá levar uma boa notícia aos credores: não será necessário firmar novos empréstimos para o próximo ano, segundo o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães. Na sua opinião, este dado será fundamental para conseguir condições mais favoráveis na rolagem de 8 bilhões de dólares da dívida, que vence no próximo ano.

"Estamos trabalhando com algumas hipóteses, mas a mais provável é a de que não necessitaremos de novos recursos para o próximo ano", assegurou o Ministro. Galvães raciocina com os seguintes números: um superávit na balança comercial de 10 bilhões de dólares em 1985, fechamento da balança de serviços em 14 bilhões de dólares; um déficit em transações correntes, portanto, de 4 bilhões de dólares e a necessidade de amortizar 1 bilhão 700 milhões de dólares da dívida. Com este quadro, o país precisaria financiar 5 bilhões 700 milhões de dólares, mas no seu entender os investimentos diretos, os recursos do BIRD e do BID, os créditos de fornecedores e parcelas atrasadas do FMI cobrirão as necessidades de financiamento.

CLIMA FAVORÁVEL

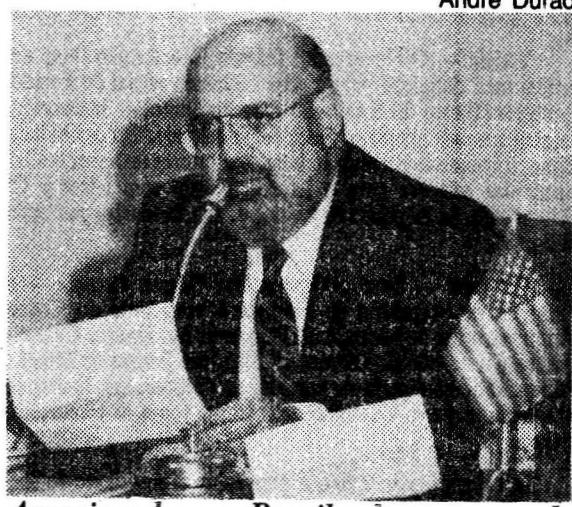
O Ministro, que esteve no final do mês passado reunido com representantes dos 40 maiores bancos credores brasileiros, disse que "o Brasil está no nível mais elevado de confiabilidade e prestígio junto a eles". Isto devido aos êxitos recentes da política econômica, como o saldo na balança comercial e a formação de significativas reservas externas (ao final do ano, as reservas deverão estar em 6 bilhões de dólares).

Os banqueiros — relatou Galvães — consideram a inflação brasileira muito alta, mas reconhecem ser praticamente impossível ajustar o balanço de pagamentos sem fazer inflação: "Eles conhecem o processo", disse o Ministro. Por isso, embora admitindo que "as negociações não são fáceis", Galvães pondera que se realmente o país não necessitar de novos recursos para o próximo ano, as conversações com os banqueiros "serão muito facilitadas".

O Ministro da Fazenda disse não vislumbrar nenhuma possibilidade de serem introduzidos ingredientes novos nesta etapa de renegociação da dívida brasileira. "O mercado vai criando suas próprias regras. Muito provavelmente serão estendidas a países como Argentina, Filipinas e, quem sabe, ao Brasil, as condições aceitas para as dívidas do México e da Venezuela.", disse ele.

A característica mais favorável obtida pelo México e Venezuela foi a taxa de risco (spread) de 1,125%. O Brasil, por exemplo, paga hoje um spread médio de 2,25%. Acredita Galvães que é possível pleitear a todos os credores, uma taxa de risco uniforme, o que seria vantagem significativa para o Brasil.

Os bancos credores do Brasil não estão preocupados com o processo de sucessão presidencial, conforme Galvães. Ele disse que, na avaliação dos banqueiros, a performance da economia brasileira só tende a melhorar porque os ajustes necessários no balanço de pagamentos já foram feitos.



André Durão

Asencio acha que Brasil volta ao mercado

Asencio afirma que dívida não se paga

— Dívida não se paga. Nenhum governo deve ter como meta pagá-la. Dívida vai sempre existir — disse ontem o Embaixador dos Estados Unidos, Diego Asencio, para quem a grande vitória do Brasil, nas próximas negociações da dívida externa, que se iniciam agora em outubro, será a de conseguir voltar ao mercado de empréstimos, sem ter como intermediário o Fundo Monetário Internacional.

— Agora em outubro é bem possível que o Brasil consiga seu reingresso no mercado financeiro internacional e que venha a obter novos recursos sem ter que usar o FMI como intermediário ou a Comissão Coordenadora dos bancos credores. Esse será o grande teste para o desempenho do país, nos últimos meses, e para os próprios banqueiros: a eliminação dos empréstimos forçados e o retorno da concessão de créditos em bases puramente comerciais — afirmou o Embaixador norte-americano.

Ao realizar uma palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro, ele comentou que os termos da negociação, quanto a prazos e taxas, deverão ser pelo menos iguais aos obtidos pelo México, que se torna um bom modelo de esquema de financiamento.

— Mas são meros paliativos, pois o problema das dívidas externas do Terceiro Mundo só serão resolvidos quando as taxas de juros internacionais caírem. E, para isso, na minha opinião, é necessário reduzir o déficit fiscal americano, apesar de o Secretário do Tesouro Donald Regan, considerar que o aumento do déficit não tem relação com o patamar da *prime* — frisou.

Para Diego Asencio, portanto, solução definitiva para a questão da dívida externa do Brasil e de outros países devedores só virá com a contenção do déficit fiscal norte-americano, o que "somente deverá ocorrer após as eleições nos EUA, porque nenhum presidente em campanha eleitoral teria coragem de cortar orçamentos ou elevar alíquotas de Imposto de Renda."

O Embaixador dos EUA considera ainda que é necessária uma reorganização do sistema financeiro internacional. "Mas como um novo Bretton Woods não acontecerá até a próxima quinta-feira", afirmou, "por enquanto tem-se que encontrar saídas temporárias para o problema do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo".

Na opinião de Diego Asencio, é natural o Brasil e os Estados Unidos terem, no momento, atritos na área comercial, porque as exportações brasileiras para os EUA vêm crescendo muito, nos últimos anos, adquirindo um vulto da mesma importância que as exportações da Europa ou do Japão.

— Os EUA não têm problemas com a República da Mongólia — afirmou, tendo comentado que dessa forma estava se referindo ao desenvolvimento comercial do Brasil, "que hoje exporta principalmente manufaturados e deve apresentar um superávit comercial na balança com os EUA, este ano, de 5 bilhões de dólares.